

CAPÍTULO 16

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS COM ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL DIPARÉTICA: ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 03/05/2021

Marciana dos Santos Silva Ventura

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

São Mateus – Espírito Santo

<http://lattes.cnpq.br/6835379952717367>

Katia Gonçalves Castor

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Vitória – Espírito Santo

<http://lattes.cnpq.br/4525902332048373>

RESUMO: Este estudo visou apresentar discussões sobre o “Processo de alfabetização por meio de jogos pedagógicos com aluno com paralisia cerebral diparética: estudo de caso” mediante estratégias que compreendam a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta nesse processo. Sabe-se que a educação especial é uma modalidade de ensino, cujas ações visam às pessoas com deficiências para o atendimento educacional especializado em todos os níveis e modalidades que estruturam a educação no país, por meio de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, de forma a complementar ou suplementar a formação desses alunos, pois todos têm direito à educação. Nesse contexto, foi possível, por meio do estudo de caso, identificar e analisar as práticas pedagógicas dos professores da escola no processo de alfabetização do aluno com Deficiência Intelectual (DI), o que oportunizou discutir processos e fatores que os alunos com DI se beneficiam por intermédio do uso dos jogos pedagógicos como técnica de

alfabetização. Desse modo, pretende-se auxiliar os professores a conciliar teoria e prática com os respectivos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Jogos pedagógicos. Alunos com deficiências.

LITERACY PROCESS THROUGH PEDAGOGICAL GAMES WITH A STUDENT WITH DIPARETIC CEREBRAL PALSY: A CASE STUDY

ABSTRACT: This study aimed to present discussions about the “Literacy process through pedagogical games with a student with diparetic cerebral palsy: case study” through strategies that understand the importance of using pedagogical games as a tool in this process. It is known that special education is a teaching modality, whose actions are aimed at people with disabilities for specialized educational assistance at all levels and modalities that structure education in the country, through a set of activities, accessibility resources and pedagogical, in order to complement or supplement the training of these students, since everyone has the right to education. In this context, it was possible, through the case study, to identify and analyze the pedagogical practices of school teachers in the literacy process of students with Intellectual Disabilities (ID), which made it possible to discuss processes and factors that students with ID benefit through the use of educational games as a literacy technique. In this way, it is intended to help teachers to reconcile theory and practice with their students.

KEYWORDS: Literacy. Pedagogical Games. Students with Disabilities.

1 | INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino, cujas ações visam às pessoas com deficiências para o atendimento educacional especializado em todos os níveis e modalidades que estruturam a educação em nosso país, por meio de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, de forma complementar ou suplementar a formação desses alunos, pois todos têm direito à educação.

A Constituição de 1988, em seu inciso III do art. 208, diz que cabe ao Estado garantir a educação especial, assegurando-a preferencialmente na rede regular de ensino por meio do atendimento educacional especializado e o processo educativo de todos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Portanto, de maneira geral, no Brasil, a educação vem preocupando-se incisivamente com a questão da inclusão no processo de ensino e aprendizagem, com estudos, novas discussões, propostas metodológicas, elaborações de materiais adequados.

A relevância desta pesquisa justifica-se pelo número elevado de alunos com DI no município em que trabalho como professora. Ao observar tal demanda, é de suma relevância buscar formas norteadoras para a alfabetização desses alunos por meio dos jogos pedagógicos como ferramenta de apoio.

Nesse contexto, este artigo, intitulado “Processo de alfabetização por meio de jogos pedagógicos com aluno com paralisia cerebral diplérgica espástica: estudo de caso”, permeia pela alfabetização na educação inclusiva. Entre muitas patologias existentes, a concentração da investigação é na área da deficiência intelectual, tendo por objetivo principal discutir estratégias que compreendam a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta no processo de alfabetização do aluno com deficiência intelectual.

Essa deficiência é caracterizada por limitações no funcionamento intelectual inferior à média e, no comportamento adaptativo, por limitações significativas em pelo menos duas áreas das diversas habilidades: aprendizagem e autogestão em situações da vida, comunicação, habilidades ligadas à linguagem e habilidades sociais/interpessoais. Com isso, o aluno com essa deficiência possui dificuldade para aprender, comportando-se como se tivesse menos idade do que tem cronologicamente.

O grande estudioso Piaget (1991) enfatiza que o jogo é essencial como recurso pedagógico e/ou psicopedagógico, pois no brincar a criança articula teoria e prática, formula hipóteses e experiências, tornando a aprendizagem atrativa e interessante. Desse modo, a construção de um espaço de jogo, de interação e de criatividade proporcionaria o aprender com sentido e significado, no qual o gostar e o querer estariam presentes.

Por ser professora de educação especial na sala de atendimento educacional especializado (AEE), em estudos, deparei com a oportunidade de ampliar meus conhecimentos e vivências, refletir sobre a prática e trazer contribuições para essa área da educação tão complexa. Contudo, com o uso de ferramentas, há possibilidades de

alfabetização para esse público, o que inspirou esta pesquisa.

Por tanto, o objetivo desta pesquisa é discutir estratégias que compreendam a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta no processo de alfabetização do aluno com paralisia cerebral diparética.

2 | METODOLOGIA

Esta pesquisa visou discutir estratégias que compreendam a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta no processo de alfabetização do aluno com paralisia cerebral diplégica, que, de acordo com Souto Silva (2020, p.104-105):

A diplégica espástica (DE) é a forma mais comum de PC e cursa com deficiência nos membros inferiores e no padrão de marcha. Tal limitação tem impacto negativo no desempenho da criança para realizar tarefas básicas de vida diária. [...] A Paralisia Cerebral (PC), também chamada de Encefalopatia Crônica não progressiva, é uma seqüela resultante de uma lesão não progressiva no cérebro imaturo [1]. Tal lesão resulta em transtorno neuromotor persistente, com variação do tônus, da postura e do movimento [2-5]. As crianças com PC constituíram um grupo bastante heterogêneo, com comprometimentos sensório-motores variados. Os distúrbios motores na PC podem ser acompanhados por distúrbios de cognição, comunicação, comportamento, percepção e/ou epilepsia.

Esta foi uma pesquisa de abordagem quali quantitativa, em virtude de seus dados serem uma mistura de variáveis. Fontelles et al. (2009, p. 6) assim tratam da pesquisa qualitativa:

É o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, [...], a pesquisa qualitativa é mais participativa [...].

O autor também assim se refere à pesquisa quantitativa:

É aquela que trabalha com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos e emprega rígidos recursos e técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los [...] Em razão de sua maior precisão e confiabilidade [...] Tanto os qualitativos quanto os quantitativos devem ser delineados em ordem de alcançar os objetivos propostos, produzindo resultados que podem confirmar ou negar as hipóteses lançadas.

Os métodos de pesquisa foram voltados para a pesquisa de campo, o que foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. As autoras Paula, Jorge e Morais (2019, p. 10) afirmam:

Por outro lado, a pesquisa de campo, por exigir do pesquisador um encontro mais direto com o seu objeto de pesquisa, uma vez que nesse tipo de estudo o pesquisador necessita ir ao espaço onde o fenômeno ocorre para coletar informações que serão analisadas, permite um leque de possibilidades de

utilização dos resultados.

A questão condutora desta pesquisa foi priorizar a temática “Processo de alfabetização por meio de jogos pedagógicos com aluno com DI no ensino fundamental”. Para a busca dos artigos, foram utilizadas bases de dados virtuais, além de livros cujos conteúdos tivessem temas diretamente ligados ao objetivo deste trabalho. A realização dos levantamentos bibliográficos ocorreu de agosto a setembro de 2019.

Como forma de obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado, a pesquisa bibliográfica é “[...] aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p. 65). Ela é pré-requisito e serve como sustentação teórica do tema proposto. Essa pesquisa buscou, baseada na visão de Ibiapina (2008), uma coprodução de saberes, formação, reflexão e desenvolvimento profissional para interativamente transformar determinada realidade educativa.

Assim, foi realizada uma revisão integrativa de literatura na qual as pesquisas já publicadas são sintetizadas e geram conclusões sobre o tema em foco, cuja elaboração compreende as etapas de seleção das hipóteses ou questões, definição de critérios para a seleção da amostra, definição de características da pesquisa original, análise de dados, interpretação dos resultados e referências.

Realizamos o estudo de caso da referida aluna portadora de deficiência, DI, que é o sujeito da pesquisa. Prosseguindo com um olhar nos objetivos propostos, via *online* devido à pandemia, contatamos os professores e a pedagoga que atuam com a aluna, para contribuir para a pesquisa.

Com a necessidade do distanciamento social para diminuir a transmissão do novo Coronavírus, instituições educacionais precisaram suspender as aulas presenciais e grande parte das instituições de ensino deu continuidade aos processos educativos por meio do ensino remoto ou não presencial (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 216).

Conseguimos aplicar o questionário a dez professores e a uma pedagoga. De acordo com Gil (2008, p. 121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.

Os referidos participantes tiveram grande contribuição, pois suas respostas foram muito enriquecedoras e serviram para

[...] a obtenção de grande número de dados atinge um maior número de

pessoas simultaneamente, maior abrangência geográfica, obtenção de respostas mais precisas e com maior liberdade em razão do anonimato, maior segurança pela ausência de identificação, menor risco de distorção em razão da falta de influência do pesquisador, em decorrência da natureza impessoal do instrumento [...] (ANDRADE; MORAES, 2017, p. 192).

O lócus da pesquisa foi uma escola pública municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, escolhida por se tratar da instituição na qual, a pesquisadora como professora de AEE. Porém, seguimos todos os trâmites legais. No primeiro momento, foi entregue ao gestor escolar a Carta de Apresentação da Faculdade que a aceitou com muito entusiasmo, explicando à pedagoga da mesma forma que ela explicou aos professores.

Foi agendado um retorno à escola no dia em que os professores estariam lá para o conselho de classe, sendo este o segundo momento, quando foi feito o esclarecimento do objetivo da pesquisa, solicitando o auxílio de todos que atuam com alunos DI, e, em seguida, entregamos o questionário que devolveram *online* em virtude da pandemia.

Com a necessidade do distanciamento social para diminuir a transmissão do novo Coronavírus, instituições educacionais precisaram suspender as aulas presenciais e grande parte das instituições de ensino deu continuidade aos processos educativos por meio do ensino remoto ou não presencial (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 216).

O sujeito desta pesquisa foi a aluna D. M. S., brasileira, de 9 anos de idade, está no terceiro ano do ensino fundamental I e possui laudo médico de paralisia cerebral diparética (ANEXO C). Ela passou a frequentar a sala de atendimento educacional especializado, apresenta avanços em relação ao equilíbrio corporal, iniciou a escrita do seu nome e também reconhece as letras do alfabeto.

Foi também aplicado um questionário aos cinco profissionais que atuam com a referida aluna na escola: os professores de Aprofundamento de Leitura e Escrita (ALE), Arte, Educação Física, Ensino Religioso e a pedagoga, os quais foram denominados de Profissional A, B, C, D, E e F para manter o anonimato, no intuito de buscar compreender a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta no processo de alfabetização da aluna com paralisia cerebral diparética.

A referida instituição é uma escola pública de ensino fundamental e médio da rede estadual, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que funciona nos três turnos e atende à demanda do ensino fundamental I, II, ensino médio e EJA.

A escola possui, em média, 290 alunos matriculados, sendo 140 alunos no ensino fundamental I (turno da tarde), 100 alunos no ensino fundamental II (turno da manhã) e 50 alunos na EJA. Ela conta acesso à internet banda larga para todos, via *wi-fi*. Possui alguns recursos, como máquinas digitais, *notebooks* e caixas de som e sala de AEE, atendendo os alunos com deficiências, em turnos opostos aos da turma que frequenta.

3 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo oportunizou analisar a aluna D. M. S., cujo laudo constatou paralisia cerebral diparética. De acordo com Allegretti et al. (2007, p. 209):

A paralisia cerebral (PC) ou encefalopatia crônica não progressiva é um grupo não progressivo, mas freqüentemente mutável de distúrbio motor (tônus e postura), secundário a lesão do cérebro em desenvolvimento. O evento lesivo pode ocorrer no período pré, peri ou pós-natal 1. A paralisia cerebral (PC) ou encefalopatia crônica não progressiva é um grupo não progressivo, mas freqüentemente mutável de distúrbio motor (tônus e postura), secundário a lesão do cérebro em desenvolvimento. O evento lesivo pode ocorrer no período pré, peri ou pós-natal.

Assim, foi possível perceber que ela é uma criança carinhosa, ativa nas atividades na escola em relação a projetos e sempre participa das apresentações, porém demonstra apresentar certa dependência do retorno visual para manter sua postura correta, além de défices na adaptação sensorial.

É viável que atualmente apresenta alguns avanços em relação ao equilíbrio corporal, iniciou a escrita do seu nome e também reconhece as letras do alfabeto. Em relação ao cognitivo, ela tem coordenação motora grossa e apresenta dificuldade na dicção. Quando chegou à escola, apresentou dificuldades motoras, pois sempre caía, além de mostrar muita dificuldade para se equilibrar e correr.

3.1 Coleta de dados com os profissionais que atuam com a aluna

Prosseguindo com a coleta de dados, temos os resultados apurados por meio da aplicação de um questionário aos cinco profissionais que atuam com a aluna, do qual obtivemos as seguintes respostas e análises:

Ao serem perguntados sobre o sexo a que pertencem, quatro responderam feminino (80%) e um respondeu masculino (20%). Percebe-se que a maioria dos profissionais que atuam com alunos são de sexo feminino.

Em relação à idade dos profissionais, dois disseram que têm 53 a 55 anos (40%), dois 40 a 42 anos (40%), e um 36 anos (20%).

Quanto ao fato de possuírem deficiência e qual, quatro profissionais disseram não (80%) e um respondeu que sim (20%).

Percebe-se que somente um dos profissionais possui deficiência e afirmou ter baixa visão. E, quanto à relação acadêmica, quatro (80%) professores possuem formação em Pedagogia e um (20%) em Educação Física.

Quanto ao tempo de formação, três (75%) disseram de 8 a 10 anos e dois (25%) responderam de 20 a 25 anos de formados.

Ao serem perguntados se possuem algum título e qual o maior título, todos os cinco (100%) profissionais responderam que possuem pós-graduação.

Ao serem interrogados se eles possuem algum curso complementar na área da educação inclusiva, quatro (80%) profissionais responderam sim e um (20%) respondeu não.

3.2 Discussão sobre os dados

Percebe-se que a grande maioria dos profissionais possui curso de Educação Especial Inclusiva. Isso possibilita perceber a busca de formação pelos profissionais que atuam com a referida aluna. Segundo Baptista et al. (2020, p. 9):

Os desafios que unem a busca de formação e a instituição de novas práticas exigem respostas sistêmicas que resultam de uma multiplicidade de programas de ação. Trata-se de iniciativas que devem construir o 'novo' a partir de uma rede existente, a qual deve se qualificar.

Nesse sentido, a pesquisa tem um papel de extrema relevância ao buscar alternativas e orientar dinâmicas consistentes de avaliação processual.

A respeito de como a escola trabalha a inclusão, com relação ao cotidiano do aluno, eles responderam: “O aluno participa das aulas na turma de acordo com sua idade e série. O recreio e lanche acontece junto com os demais alunos da escola” (PROFISSIONAL A); “A escola procura de uma maneira bem simples tentar fazer com que o aluno seja incluso dentro daquele meio, porque a nossa escola é pequena, mas dentro do contexto onde a criança está inserida, ela é muito bem atendida” (PROFISSIONAL B).

De acordo com o Profissional C: “Usando múltiplos recursos criando um ambiente colaborativo com critérios e intencionalidade para que o aluno se sinta a vontade”. O Profissional D afirmou: “A escola tenta fazer o melhor para que esse aluno seja inserido em meio a tantas dificuldades”. Já o Profissional E enfatizou:

A escola relaciona a inclusão de acordo com as propostas ofertadas pelo município/estado. Ter um professor de apoio muita das vezes se faz 'inviável', substituindo-o por cuidadores que estão ali somente para cuidar e não desenvolver atividades pedagógicas adaptadas.

Ao responder se o(a) aluno(a) realiza as atividades sozinha, obtivemos as seguintes respostas: O Profissional C escreveu: “O aluno participa das aulas na turma de acordo com sua idade e série. O recreio e lanche acontece junto com os demais alunos da escola”. O Profissional B relatou: “A escola procura de uma maneira bem simples tentar fazer com que o aluno seja incluso dentro daquele meio, porque a nossa escola é pequena, mas dentro do contexto onde a criança está inserida, ela é muito bem atendida”.

O Profissional E enfatizou: “Usando múltiplos recursos criando um ambiente colaborativo com critérios e intencionalidade para que o aluno se sinta a vontade”. O Profissional A disse:

A escola relaciona a inclusão de acordo com as propostas ofertadas pelo município/estado. Ter um professor de apoio muita das vezes se faz 'inviável',

substituindo-o por cuidadores que estão ali somente para cuidar e não desenvolver atividades pedagógicas adaptadas.

E tivemos o Profissional D, que escreveu: “A escola tenta fazer o melhor para que esse aluno seja inserido em meio a tantas dificuldades”.

Diante da pergunta se já realizou alguma adaptação na sua didática para promover a inclusão, os profissionais foram unânimes em responder que não. E, ao serem perguntados se já trabalharam com material pedagógico com a finalidade de garantir a inclusão escolar e qual(is), eles também foram unânimes a dizer que sim, porém não citaram os materiais.

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores (BAPTISTA et al., 2020, p. 29).

Ante a pergunta se as intervenções pedagógicas que utiliza são elaboradas por eles ou já vêm prontas da escola e/ou da Secretaria Estadual de Educação e se elas atendem à realidade de aprendizagem do(a) aluno(a), obtivemos as seguintes respostas: “Quando há necessidade, elaboro as intervenções de forma que atenda as necessidades” (PROFISSIONAL B); “São elaboradas por mim. Procuo trabalhar conforme a necessidade do aluno” (PROFISSIONAL D); “As intervenções pedagógicas são pensadas em conjunto. De acordo com a necessidade da aluna, essas intervenções são pensadas e postas em prática” (PROFISSIONAL A); “São realizadas por mim. Nem todas as atividades atendem a necessidade da aluna, mas o objetivo é aperfeiçoar o máximo que puder. O convívio diário proporciona essa melhoria” (Profissional E); “[...] as intervenções pedagógicas são realizadas: Por mim, professora da sala de AEE” (PROFISSIONAL C).

Nesse contexto, Baptista et al. (2020, p. 30) afirmam:

É inegável que as ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, ‘desconstruindo’ a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta.

Diante da pergunta – qual é sua percepção sobre do papel do professor da AEE para o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual? –, obtivemos as seguintes respostas: “O professor da AEE tem papel fundamental pois ele possui formação para trabalhar de acordo com cada deficiência de forma específica” (PROFISSIONAL E); “Com essa deficiência intelectual, o aluno ele precisa de um apoio muito grande do professor e eu tenho certeza que os professores que estão no AEE são pessoas super indicadas para estar trabalhando com essas crianças” (PROFISSIONAL A). O Profissional D abordou:

O papel do professor de AEE para o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual é de extrema importância, pois permite que o aluno desenvolva competências e habilidades de acordo com as necessidades do aluno.

Já o Profissional B escreveu: “É fundamental, acredito que sem ele o ensino aprendizagem dos alunos, traria uma série de dificuldades para o aluno e equipe escolar”. E o Profissional C fez a seguinte abordagem: “É um profissional que veio para colaborar no desenvolvimento do aluno com deficiência”.

Fica perceptível a importância do trabalho colaborativo para o enriquecimento da aluna:

Na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral (BAPTISTA et al., 2020, p. 10).

Diante da pergunta – Em sua prática de ensino, percebe algum avanço na aprendizagem desta aluna? –, os profissionais deram as seguintes respostas: “Sim. Mesmo que seja de forma lenta, sempre há avanços” (PROFISSIONAL C). O Profissional B respondeu:

Eu percebi uma evolução muito grande na aluna, porque quando eu entrei na escola, percebi que ela tinha muitas dificuldades na locomoção, coordenação motora grossa, até mesmo na fala, mas após dois anos estando na mesma escola eu pude perceber que ela evoluiu muito.

O Profissional A escreveu: “Sim. A aluna evoluiu significativamente”. O Profissional E disse: “Sim.”. E o Profissional D respondeu: “Muitos”. Assim, é possível perceber que a aluna vem avançando na sua aprendizagem.

À última pergunta – consideram importante o envolvimento da família no processo de aprendizagem da aluna? Descreva por quê? –, as respostas foram as seguintes: “Sim, com a família se envolvendo, participando ativamente, os avanços do aluno serão bem mais significativos e ocorrerão até com mais facilidade” (PROFISSIONAL B); “Eu considero muito importante a família auxiliar na aprendizagem do aluno, porque a família unida com a escola faz com que o trabalho flua melhor e tudo fica mais fácil. O ideal é a escola trabalhar em conjunto com a família” (PROFISSIONAL E); “A aluna precisa ser estimulada na escola e ter a continuidade em casa” (PROFISSIONAL C); “É fundamental. Sem a família, incentivando, buscando parceria com a escola, o aluno acaba ficando mais desmotivado” (PROFISSIONAL D); “Sim. É primordial família, escola é fundamental para o desenvolvimento da criança” (PROFISSIONAL D).

Tudo isso nos mostra a importância de um trabalho com o aluno portador de deficiência.

E a autora Mantoan (2003, p. 18) convida-nos a uma reflexão:

Embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas nossas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos. Ou, mais precisamente: as propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todos os demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar?

Portanto, fica nítida a necessidade de desenvolvimento de um trabalho com a participação da família trabalhando o respeito e o desenvolvimento do aluno portador de deficiência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre o “Processo de alfabetização por meio de jogos pedagógicos om aluno com paralisia cerebral diparética: estudo de caso” nos oportunizou compreender a importância do uso de jogos pedagógicos como ferramenta nesse processo de ensino e aprendizagem, pois a educação especial é uma modalidade de ensino, cujas ações devem primar pelas pessoas portadores de deficiências em todos os níveis e modalidades de ensino.

Na educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no art. 58, estabelece:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá quando necessários serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial (BRASIL, 1996, p. 33).

Portanto, caberá aos professores, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de deficiência, a proposição de adaptações das atividades e dos conteúdos apresentados, a fim de atender às necessidades dos respectivos alunos.

Esta pesquisa é relevante porque possibilitou analisar e identificar as práticas pedagógicas dos professores da escola no processo de alfabetização da aluna com DI e ficou perceptível que é possível o desenvolvimento de um trabalho de alfabetização por meio do uso dos jogos pedagógicos, visto que os professores podem conciliar teoria e prática. Fundamentando-se nos autores Mahs e Lopes (2019, p. 680):

Este trabalho propõe a reflexão crítica diante do tema da inclusão na formação pedagógica. O histórico das políticas públicas [...] no Brasil, em síntese, faz entender a evolução do processo de ensino através de políticas públicas consolidadas sobretudo a partir da promulgação da Constituição da Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Em virtude da velocidade em que são feitas novas descobertas na educação e da importância dos jogos para o aprendizado do aluno portador de deficiência, destacamos a necessidade de estudos e atualizações dos professores.

Vale ressaltar que os resultados desta pesquisa demonstraram que é possível promover a aprendizagem do aluno portador de deficiência e o guia didático será um instrumento valioso nesse processo.

Por fim, a pesquisa, além de ter alcançado os objetivos propostos, leva a uma reflexão e às sugestões de ações sobre fazeres pedagógicos no contexto da aprendizagem dos alunos portadores de deficiência por meio de uma prática educativa responsável e com um novo olhar para o desenvolvimento dos alunos.

Portanto, este estudo tem possibilidade de prosseguir no intuito de melhorar a prática pedagógica, acreditando que professores bem informados com certeza são capazes de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e a capacidade de investigação de sua prática nas escolas para maior qualidade do processo ensino-aprendizagem dos alunos portadores de deficiência em seus aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, K. M. G. **Os efeitos do treino de equilíbrio em crianças com paralisia cerebral diparética espástica**. São Paulo: Revista Neurociência, 2007.

ANDRADE, L. A. V.; MORAES, M. B. **Ouso do questionário como instrumento de pesquisa na análise da aplicabilidade do compliance nas organizações públicas**. Taubaté-SP: LAJBM, v. 8, n. 2, 2017.

BAPTISTA, C. R., et al. **Educação especial, pesquisa e ação docente: introduzindo diálogos**. In: TEZZARI, Mauren Lúcia. **Docência e inclusão escolar: percursos de formação e de pesquisa**. Marília: ABPEE, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

FONTELLES, M. J., et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, E. P. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2001.

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora. v. 1, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, V.; ALMEIDA, J. **Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva.** v. 4, Rio de Janeiro: 2020.

PAULA, M. L.; JORGE, M. S. B.; MORAIS, J. B. **O processo de produção científica e as dificuldades para utilização de resultados de pesquisas pelos profissionais de saúde.** Botucatu: Interface, v. 23, 2019.

PIAGET, J. **Jogos para alfabetização.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). EEEFM "Maria Angélica Marangoni Sant'Ana". 2019.